

Documentação	
Fonte:	OG/ldw
Data:	25/12/98 Pg 14
Class:	10/11/91

Manguezal no fundo da baía está sendo destruído

Invasores derrubam vegetação e fazem construções ilegais em área de proteção ambiental às margens da Niterói-Manilha

Marcelo Carnaval

Paulo Roberto Araújo

• Espremido entre vazadouros clandestinos de lixo e a poluição, o manguezal da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, no fundo da Baía de Guanabara, está sofrendo novas agressões: as construções ilegais que têm surgido à margem da Rodovia Niterói-Manilha. Apesar de a região estar dentro da APA, sinalizada por placa do Ibama e os manguezais serem protegidos por lei federal, os invasores continuam derrubando a vegetação e aterrando o mangue aos poucos. A situação chocou o ambientalista americano Richard Dolesh, que sobrevooou a região durante uma hora na semana passada.

— Este deve ser um dos manguezais mais ameaçados do mundo — lamentou Dolesh, um dos diretores da principal agência de parques e unidades de conservação de Maryland, nos Estados Unidos.

Do alto, ele conheceu os 14 mil hectares de manguezal que formam a APA e ficou impressionado com os contrastes. Encantou-se com a beleza do fundo da Baía de Guanabara, mas, ao mesmo tempo, assustou-se com a degradação ambiental provocada pelos lixões, com os desmatamentos e com a poluição nos rios e canais cheios de lixo que deságuam na baía. Depois do voo no helicóptero da Marinha, ele propôs a construção de trilhas de madeira para que as pessoas possam conhecer e valorizar o manguezal, que hoje só pode ser visitado de barco.

Receita dos parques nos EUA chega a 3% do PIB

O americano foi convidado pelos Companheiros das Américas do Rio-Maryland, pela UNI-Rio e pelo Instituto Baía de Guanabara para conhecer os parques, sítios históricos e manguezais fluminenses. Dolesh disse que a receita obtida nos parques nacionais representa 3% do PIB americano. Ele participa de uma ONG com 90 mil associados que há 30 anos se dedica à limpeza da baía de Chesapeake. Segundo Dolesh, o uso da madeira suspensa nas trilhas nos mangues é necessário porque o terreno é alagadiço:

— A APA fica num local isolado



CONSTRUÇÕES IRREGULARES na beira da estrada avançam sobre o mangue, espremido entre vazadouros de lixo. Apesar do local ser protegido por lei federal, está sendo pouco a pouco aterrado

e só será valorizada quando ficar conhecida. Através de uma trilha, pode-se praticar o ecoturismo e fiscalizar o desmatamento. No mangue, as pessoas podem ver os animais de perto — disse Dolesh, que ainda visitou a Floresta da Tijuca e o Jardim Botânico.

O diretor da APA, Radamés Marzullo, concorda com o americano e aposta no sucesso do plano de gestão participativa, que envolverá o Ibama, organizações não-governamentais e as comuni-

dades de Magé, Guapimirim, São Gonçalo e Itaboraí. O projeto de Marzullo prevê a construção da sede da APA, com espaço para salas de educação ambiental e alojamentos, sinalização dos limites da APA e duas lanchas, tipo catamarã, para programas de ecoturismo, educação ambiental e fiscalização de desmatamentos e pesca predatória.

— O manguezal é o grande aquário da Baía de Guanabara. É onde os peixes e crustáceos se re-

produzem. Sem o mangue, a baía já teria morrido há muito tempo — garante Marzullo.

Retirada de madeira é o principal problema da APA

Segundo o tenente Rebelo, do Batalhão Florestal da PM, a retirada de madeira para a construção civil (é usada em escoras de lajes e cercas) e fornos de cerâmicas (fabricação de tijolos e telhas) é o principal problema da APA de Guapimirim. O batalhão mantém

um posto na Rodovia Magé-Manilha, a 40 quilômetros do Centro do Rio.

O destacamento diminuiu o avanço do desmatamento, mas ambientalistas acham que a fiscalização só será mais eficaz quando os policiais tiverem um helicóptero. Atualmente, a vigilância é feita com barcos de alumínio. De janeiro a outubro deste ano, foram feitos 18 registros de desmatamento. Os policiais estão investigando denúncias da volta do

uso de explosivos na pesca predatória no fundo da baía.

As agressões ao manguezal levaram o promotor Marcus Leal, da comarca de Magé, a impetrar várias ações cíveis públicas contra os degradadores. O presidente do Instituto Baía de Guanabara, Axel Graell, disse que os técnicos da ONG se reúnem em janeiro para discutir um plano de ação. Eles terão ajuda da The Maryland National Capital Park and Planning Commission, de Dolesh. ■